

VENDA DA ALTICE PORTUGAL

STPT SOLICITA REUNIÃO COM O 1º MINISTRO LUÍS MONTENEGRO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE O PROCEDIMENTO DO ACTUAL GOVERNO SOBRE A VENDA DA ALTICE

Depois de ser conhecida a posição do anterior Governo através duma reunião com o Secretário de Estado Eng.º Mário Campolargo (Secretaria de Estado da Digitalização e Modernização Administrativa)

Com a tomada de posse do novo Governo torna-se agora necessário e urgente saber qual o procedimento que o 1º Ministro Dr. Luís Montenegro tomará perante a venda da Altice Portugal.

Sabendo-se da relevância da Altice Portugal para a Segurança e Defesa Nacional e do direito de oposição do Governo e da própria União Europeia a determinados negócios de alienação de Empresas de Telecomunicações, o STPT decidiu solicitar uma reunião com a maior brevidade ao Sr. 1º Ministro Dr. Luís Montenegro afim de obter informação actualizada sobre o processo de venda da Altice Portugal bem como do procedimento do Governo sobre matéria tão delicada.

STPT EXORTA PUBLICAMENTE OS INVESTIDORES PORTUGUESES A SE REUNIREM E A FAZEREM UMA OFERTA FIRME PARA AQUISIÇÃO DA ALTICE PORTUGAL

Sendo que o processo da venda da Altice Portugal “derrapou” à espera da posição do novo Governo. Tendo o mesmo reservas em relação aos candidatos, já conhecidos, que preparam a compra da empresa. E estando ainda em aberto possíveis novas ofertas para o negócio.

O STPT, preocupado com o futuro da Empresa, com os interesses e estabilidade de milhares de Trabalhadores, com a Segurança da Defesa Nacional e o aprovisionamento do País em serviços fundamentais, considera um grave risco que a Altice Portugal venha a ser comprada por interesses alheios ao desenvolvimento económico e estratégico de Portugal.

Decide então o STPT: ” EXORTAR PÚBLICAMENTE INVESTIDORES PORTUGUESES A REUNIREM-SE E FAZEREM UMA OFERTA FIRME PARA A AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DA INTEGRALIDADE DA ALTICE EM PORTUGAL”.

Espera o STPT, da parte do actual Governo, o interesse para tal iniciativa em defesa de um sector de Telecomunicações robusto e eficiente para impulsionar o desenvolvimento económico, mantendo e criando facilidades na geração de emprego.

Lisboa, 8 de Abril de 2024

A Direcção